

	UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA - UFPB CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS - CCJ DEPARTAMENTO DE DIREITO PÚBLICO – DDPu		
	Disciplina: DIREITOS DOS GRUPOS SOCIALMENTE VULNERÁVEIS		
	Código da disciplina: 1501229		Carga Horária: 60 h
	Semestre letivo: 2020.2	Matrícula:	Nota:
	Professor: José Baptista de Mello Neto		

PLANO DE CURSO

Programa ministrado pelo Departamento de Direito Público, do Centro de Ciências Jurídicas da Universidade Federal da Paraíba, no curso de _____, no semestre letivo de _____, com carga horária de _____ horas-aula.
 João Pessoa, ____/____/____
 Servidor :

1. EMENTA

Direitos dos Idosos. Direitos dos Homossexuais. Direitos dos Índios. Direitos dos “sem terra”. Direitos dos quilombolas. Direitos dos ciganos. Direitos dos “sem teto”. Direitos dos Negros. Direitos das Mulheres.

2. OBJETIVOS

- 2.1. Reconhecer a necessidade da existência de direitos distintos em razão das situações de vulnerabilidades para quais passam diversos grupos socialmente vulneráveis.
- 2.2. Distinguir aspectos específicos referentes às vulnerabilidades peculiares a cada um dos Grupos.
- 2.3. Elaborar propostas de intervenções concretas que visem reduzir as condições de vulnerabilidade dos grupos investigados.

3. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

C.H.

3.1 - UNIDADE I – IGUALDADES VS. DIFERENÇAS: CONCEITOS E IDEIAS

- 3.1.1. O que é igualdade e o que é diferença?
- 3.1.2. Cidadanias plurais: somos igualmente diferentes.
- 3.1.3. O que o Direito tem a ver com isso?
- 3.1.4. O Direito promovendo a cidadania igualitária.

08h

3.2 - UNIDADE II - DIFERENÇAS & IGUALDADES NOS SISTEMAS INTERNACIONAIS DE PROTEÇÃO E GARANTIA DOS DIREITOS HUMANOS

- 3.2.1. Porque promover a igualdade a partir das diferenças;
- 3.2.2. O Sistema Europeu de Direitos Humanos;
- 3.2.3. O sistema Americano de Direitos Humanos;
- 3.2.4. Reconhecendo as Diferenças para Afirmar a Igualdade.

12h

3.3 UNIDADE III - REDISTRIBUIÇÃO, RECONHECIMENTO E PARTICIPAÇÃO 3.3.1. As Demandas por Justiça Social; 3.3.2. A Anatomia de uma Falsa Antítese; 3.3.3. Classes Exploradas, Sexualidades Desprezadas e Coletividades Bivalentes: uma crítica a justiça truncada; 3.3.4. Questões Normativo-Filosóficas: justiça como participação paritária; 3.3.5. Questões Sócio-Teóricas: um argumento em favor da perspectiva dualista; 3.3.6. Redistribuição e Reconhecimento: as duas faces da igualdade material. .	12h
3.4. UNIDADE IV –A EXCLUSÃO E A NEGAÇÃO DO ESTADO 3.4.1. O Conceito de Estado de Direito; 3.4.2. Como o Direito é ser usado para consolidar as desigualdades; 3.4.3. O Estado de Direito e a exclusão social; 3.4.4. Imunidades, Invisibilidade e Demonização.	10h
3.5. UNIDADE V – O ESTATUTO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	09h
3.6. UNIDADE VI – O ESTATUTO DA IGUALDADE RACIAL	09h

4. COMPETÊNCIAS E HABILIDADES A DESENVOLVER
Participação em debates durante as aulas; Exposição do pensamento com segurança; Elaboração de propostas de redução das vulnerabilidades.

5. METODOLOGIA E RECURSOS DIDÁTICOS
Estratégias: aulas expositivas, debates e seminários. Leituras orientadas, individuais e em grupo; Aulas expositivas e dialogadas com a abordagem de textos selecionados pelo professor e da legislação. Discussões práticas de exemplos cotidianos, instigação à análise crítica. Atividades contínuas acompanhadas de pesquisas acerca dos temas abordados. As técnicas de ensino-aprendizagem contarão com a reciprocidade dos discentes, monitores (se houver) e docentes na pesquisa, leitura e análise de textos; estudos de casos e debates. Os materiais utilizados nos processos de ensino e de aprendizagem serão: Meet, slides, textos e normas jurídicas.

6. AVALIAÇÃO
Discentes serão avaliadas/os permanentemente por meio da participação efetiva nos debates, a partir dos textos disponibilizados pelo docente, e por exercícios surpresa e provas, esta com valor máximo de 6,0 (seis) pontos.

7. BIBLIOGRAFIA BÁSICA
BRASIL. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Institui o Estatuto da Igualdade Racial ; altera as Leis nos 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. _____. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). FRASER, Nancy. Redistribuição, Reconhecimento e Participação: por uma concepção integrada de justiça. <i>In Igualdade, diferença e direitos humanos</i> / Daniel Sarmento, Daniela Ikawa e Flávia Piovesan, coordenadores; colaboradores, Alessandra Gotti Bontempo ... [et al.] PIOVESAN, Flávia. Igualdade, Diferença e Direitos Humanos: perspectivas global e regional. <i>In Igualdade, diferença e direitos humanos</i> / Daniel Sarmento, Daniela Ikawa e Flávia

Piovesan, coordenadores; colaboradores, Alessandra Gotti Bontempo ... [et al.]

VIEIRA, Oscar Vilhena. A Desigualdade e a Subversão do Estado de Direito. *In Igualdade, diferença e direitos humanos* / Daniel Sarmento, Daniela Ikawa e Flávia Piovesan, coordenadores; colaboradores, Alessandra Gotti Bontempo ... [et al.]

8. REFERÊNCIAS COMPLEMENTARES

AGUIAR, Roberto A. R. de. **Direito, Poder e Opressão**. - São Paulo: Alfa-Omega, 1984.

_____. **O Que é Justiça: uma abordagem dialética**. - São Paulo: Alfa-Omega, 1982.

ALVARENGA, Lúcia de Barros Freitas de. **Direitos Humanos, Dignidade e Erradicação da Pobreza**. Brasília: Brasília Jurídica, 1998. 248p.

BALESTRERI, Ricardo Brisolla. **Direitos Humanos: caso de polícia**. Porto Alegre: CAPEC, 1998.

BATISTA, Vera Malaguti. **Difíceis Ganhos Fáceis: drogas e juventude pobre no Rio de Janeiro**. 2 ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BAUMANN, Zygmunt. **Vidas Desperdiçadas**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2005.

BOBBIO, Norberto. **Estado, Governo, Sociedade: por uma teoria geral da política**. Trad. Marco Aurélio Nogueira. 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

_____. **Teoria do Ordenamento Jurídico**. Trad. Maria Celeste Leite dos Santos. 10ª ed. Brasília: UNB, 1999.

BRASIL. **Brasil Sem Homofobia: Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e Promoção da Cidadania Homossexual / elaboração / organização e revisão de textos: Cláudio Nascimento Silva e Ivair Augusto Alves dos Santos; Comissão Provisória de Trabalho do Conselho Nacional de Combate à Discriminação da Secretaria Especial de Direitos Humanos**. – Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

_____. Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República: **Texto-Base da Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais. Direitos Humanos e Políticas Públicas: o caminho para garantir a cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. 2008.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: feminismo e subversão da identidade**. Trad. Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

EHRlich, Eugen. **Direitos Humanos, Direitos Sociais e Justiça**. São Paulo: Malheiros Editores.

ESPÍRITO SANTO (Estado). **Direitos Humanos e Violência: o que fazer?** Vitória: IJSN, 1996.

LAMAS, Marta. **Gênero: os conflitos e os desafios do novo paradigma**. Revista Proposta, no. 84/85, março/agosto de 2000.

MELLO, Celso D. de Albuquerque. **Direitos Humanos e Conflitos Armados**. Rio de Janeiro: Renovar, 1997.

OLIVEIRA, Luciano. **A Dupla Face da Violência**. - Coleção Oxente, Regional Nordeste MNDH-NE: Recife, 1994.

_____. **Do nunca mais ao eterno retorno. Uma reflexão sobre a tortura**. – São Paulo: Brasiliense, 1994.

PAIXÃO, Antônio Luiz. **Recuperar ou Punir? Como o Estado trata o criminoso**. – 2ª ed. São Paulo: Cortez: autores associados. 1991. (Coleção Polêmicas do nosso tempo, v. 21).

SILVA, José Afonso. **A Dignidade da Pessoa Humana como Valor Supremo da Democracia**. In Revista de Direito Administrativo - 212. Rio de Janeiro: Renovar, abr./jun. 1998, pp. 89/94.

PIOVESAN, Flávia. **Temas de Direitos Humanos**. São Paulo: Max Limonad, 1998.

RIOS, Roger Raupp. **O Princípio da Igualdade e a Discriminação por Orientação Sexual: a**

homossexualidade no Direito Brasileiro e Norte-Americano. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

WACQUANT, Loïc. **Os Condenados da Cidade: estudos sobre marginalidade avançada**. Trad. João Roberto Martins Filho. Rio de Janeiro: Revan, 2001.

Outras Consultas:

Sites recomendados:

www.stf.gov.br

www.presidencia.gov.br